

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores da  
**Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL**  
Goiânia – GO

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL** (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, e ainda em observação aos preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

Em atendimento ao exigido na Resolução Normativa nº 13/2017-TCE-GO, notadamente quanto ao disposto na alínea “s”, item 14 do seu Anexo I e no item 2 do seu Anexo III, em nossa opinião, consideramos adequada a evolução do passivo trabalhista e/ou previdenciário e o seu impacto nas demonstrações contábeis.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 26 de março de 2025.

**BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.**  
**CRC 2 GO 001837/F-4**  
**Antomar de Oliveira Rios**  
**Contador CRC 1 BA 017715/O-5 – S – GO**

HOSPITAL ESTADUAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES - HEMNSL

Balancos patrimoniais  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

<b>Ativo</b>				<b>Passivo e passivo compensado</b>			
	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>		<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	106	341	Fornecedores	7	9.734	8.419
Contas a receber	4	24.307	19.109	Obrigações sociais e trabalhistas	8	2.605	2.237
Estoques	5	561	720	Obrigações fiscais	9	89	41
Outras contas a receber		400	226	Outras obrigações	10	384	815
		<u>25.374</u>	<u>20.396</u>	Partes relacionadas	6	501	300
						<u>13.313</u>	<u>11.812</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		21	72	Outras obrigações		-	-
		-	-	Provisão para encargos trabalhistas - INSS Cebas	11	10.235	7.264
Investimentos Intangível		-	-	Provisões para rescisões trabalhistas	12	1.528	1.339
		<u>21</u>	<u>72</u>	Provisão para contingências	13	319	53
						<u>12.082</u>	<u>8.656</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>25.395</u>	<u>20.468</u>	<b>Total do passivo</b>		<u>25.395</u>	<u>20.468</u>
<b>Ativo compensado</b>				<b>Passivo compensado</b>			
Contratos a faturar	14	41.068	155	Contratos a faturar	14	41.068	155
Bens adquiridos com Contrato de Gestão	14	3.725	2.776	Bens adquiridos com Contrato de Gestão	14	3.725	2.776
		<u>44.793</u>	<u>2.931</u>			<u>44.793</u>	<u>2.931</u>
<b>Total do ativo/ativo compensado</b>		<u>70.188</u>	<u>23.399</u>	<b>Total do passivo/passivo compensado</b>		<u>70.188</u>	<u>23.399</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL ESTADUAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES - HEMNSL

Demonstrações do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Receita de serviços</b>		<b>43.699</b>	<b>42.789</b>
<b>Custos dos serviços prestados</b>	15	<b>(38.845)</b>	<b>(39.623)</b>
Medicamentos e Materiais		(1.647)	(1.173)
Pessoal		(26.332)	(26.094)
Serviços prestados		<u>(10.866)</u>	<u>(12.356)</u>
<b>Resultado bruto</b>		<b>4.854</b>	<b>3.166</b>
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	16	(5.759)	(3.860)
Outras receitas		874	554
Receitas financeiras		40	169
Despesas financeiras		(9)	(29)
		<u>                    </u>	<u>                    </u>
<b>(Déficit)/Superávit do exercício</b>		<b><u>                    -</u></b>	<b><u>                    -</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

HOSPITAL ESTADUAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES - HEMNSL

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
<b>Das atividades operacionais</b>		
(Déficit)/Superávit do exercício	-	-
<b>Ajustes para reconciliar o (déficit)/superávit ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		
Provisão para rescisões trabalhistas	189	219
Provisão para contingência	266	43
Provisão para encargo INSS - Cebas	2.971	2.765
	<b>3.426</b>	<b>3.027</b>
<b>Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	(5.198)	(8.582)
Estoques	159	(188)
Outras contas a receber	(174)	(121)
Partes relacionadas	201	300
Depósitos judiciais	51	(54)
Fornecedores	1.315	4.461
Obrigações sociais e trabalhistas	368	411
Obrigações fiscais	48	(48)
Outras obrigações	(431)	158
<b>Caixa (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(235)</b>	<b>(636)</b>
<b>Das atividades de investimentos</b>		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	-	71
<b>Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>71</b>
<b>Diminuição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(235)</b>	<b>(565)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	341	906
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	106	341
<b>Diminuição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(235)</b>	<b>(565)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**HOSPITAL ESTADUAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE LOURDES - HEMNSL**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

**(Em milhares de Reais)**

**1. Informações gerais**

O Instituto de Gestão e Humanização – IGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 09 de abril de 2010, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas a saúde no intuito de poder contribuir com a melhoria da assistência médica e das políticas de saúde em nossa comunidade. É uma instituição de Utilidade Pública, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) do Estado de Goiás, 100% SUS.

Através de decisão dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração do IGH, em 01 de setembro de 2014 foi criada uma filial na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, a qual se encontra sediada na Av. Fuadi Rassi esquina com Rua 02, nº 541, quadra 11, lote 11/12, sala 13, Setor Nova Vila, com registro no CNPJ sob o nº 11.858.570/0002-14. Esta filial teve a sua gestão transferida para o Instituto de Gestão e Humanização (IGH), em virtude da integração desta unidade ao Hospital Materno Infantil – HMI, operada pelo Decreto nº 7.807, de 21 de fevereiro de 2013.

Este contrato de gestão possui prazo original de doze meses e valor global estimado em R\$ 12.804, o qual vem sendo renovado anualmente.

O décimo segundo termo aditivo prorrogou o prazo de vigência do contrato por vinte e quatro meses, a partir de 22 de dezembro de 2023 e término em 22 de dezembro de 2025, com valor global estimado em R\$ 69.768.

O décimo terceiro termo aditivo acrescentou ao valor mensal o montante de R\$ 7.060, para o período de 01 de novembro de 2024 a 22 de dezembro de 2025.

Conforme consta do contrato de gestão, a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do mesmo e, por esta razão, a Administração decidiu não reconhecer como ganho/perda patrimonial os superávits/déficits provisórios apurados até o momento.

O Instituto é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit.

Em 16 de abril de 2021 o IGH teve deferido seu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo período de 3 anos a contar da data de Publicação no Diário Oficial. Com a obtenção da renovação o Instituto e, conseqüentemente, os contratos sob a sua gestão continuam sendo beneficiados pela suspensão da obrigatoriedade de arrecadação da cota patronal (previdenciária) do INSS incidente sob a folha de pagamento.

**2. Resumo das políticas contábeis materiais**

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023, abrangem apenas as operações do Hospital Estadual e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - HEMNSL sob a gestão do Instituto de Gestão e Humanização-IGH.

Estas demonstrações contábeis apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados a um contrato de gestão de uma Entidade que não possui patrimônio próprio, realizando as suas atividades operacionais em nome da Secretaria do Estado de Goiás - SES-GO que é a proprietária do patrimônio físico (edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares. Por esta razão, não está sendo apresentada a demonstração das mutações do patrimônio líquido.

**2.1. Base de preparação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir, observando os preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 (1) – Entidades sem Finalidades de Lucros.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 26 de março de 2025.

## **2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

## **2.3. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da provisão para contingências. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

## **2.4. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## **2.5. Contas a receber**

Representa o saldo de repasses mensais a receber e déficits acumulados dos exercícios anteriores, os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, decorrentes do desequilíbrio do contrato ao longo dos anos.

O saldo do contrato de gestão será apresentado nas contas de ativo e passivos compensados.

## **2.6. Estoques**

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

## **2.7. Imobilizado**

São avaliados pelo custo de aquisição. Representa os bens adquiridos pela Entidade ou cedidos pelo Poder Concedente para serem utilizados no Contrato de Gestão. Ao final do contrato esses bens serão revertidos para o Poder Concedente. Dessa forma, a contrapartida dos registros é a conta de outras obrigações no passivo não circulante.

## **2.8. Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades executadas, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As notas fiscais são registradas mediante aprovação do contratante vinculadas com a apresentação de regularidade fiscal do contratado e validação dos serviços efetivamente prestados.

## **2.9. Demais passivos circulantes e não circulantes**

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

## **2.10. Provisão para encargos trabalhistas INSS – CEBAS**

O valor correspondente ao benefício de isenção previdenciária sobre a folha de pagamentos da Entidade (isenção da cota patronal) é valorizado e reconhecido em conta de provisão específica no passivo não circulante, de maneira sistemática, ao longo do período, à medida que as despesas com pessoal são incorridas e registradas contabilmente.

Os custos e despesas correspondentes à contribuição previdenciária patronal são apurados e registrados na apuração do resultado do exercício como se devidos fossem.

A Administração da Entidade optou por provisionar os valores referentes aos encargos previdenciários, em atendimento a Lei Complementar 187 para posterior negociação na contratualização com o contratante diante do fato de tais encargos não estarem contidos no certame.

### 2.11. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

### 2.12. Reconhecimento de receitas e custos – apuração do resultado

O resultado de cada exercício é apurado pelo regime de competência.

Considerando-se que o contrato de gestão estabelece que a operação do HEMNSL não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora, o reconhecimento da receita será baseado nos registros dos custos a ela relacionados.

### 2.13. Reconhecimento dos Ativos e Passivos Compensados

- **Contratos a faturar:** Representa o valor total do contrato deduzido do valor das parcelas contratuais incorridas e não recebidas até a data do balanço;
- **Bens Adquiridos com Contrato de Gestão:** Representa os bens adquiridos pela Entidade ou cedidos pelo Poder Concedente para serem utilizados no Contrato de Gestão.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Caixa e bancos	20	2
Aplicações financeiras	86	339
	<u><b>106</b></u>	<u><b>341</b></u>

As aplicações financeiras referem-se em sua maioria a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplicá-los. O IGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.

### 4. Contas a receber

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contratos de Gestão a Executar (i)	24.307	19.109
	<u><b>24.307</b></u>	<u><b>19.109</b></u>

(i) Corresponde aos resultados das operações de exercícios anteriores a serem recebidos do Órgão Contratante.

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está assim demonstrada:

	<b>Contratos de Gestão a executar</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>19.109</b>	<b>10.527</b>
Valor a receber do contrato (déficit) do exercício atual	5.198	9.124
Outros	-	(542)
<b>Saldo final</b>	<b>24.307</b>	<b>19.109</b>

#### 5. Estoques

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Medicamentos	78	153
Material médico hospitalar	139	173
Materiais de limpeza	71	87
Materiais de expediente	38	57
Materiais diversos e outros	235	250
	<b>561</b>	<b>720</b>

#### 6. Partes relacionadas

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Passivo</b>		
Hospital Materno Infantil – HMI	-	-
Instituto de Gestão e Humanização - Matriz	501	300
	<b>501</b>	<b>300</b>

Referem-se a empréstimos entre unidades administradas pelo IGH. Tais recursos, visaram liquidar compromissos vitais à operação da unidade e estão relacionados a pagamentos de salários e encargos sociais, além de fornecimento de materiais e serviços. Estes empréstimos não estão sujeitos a atualização monetária e incidência de juros.

#### 7. Fornecedores

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional da HEMNSL, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

#### 8. Obrigações sociais e trabalhistas

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Provisões para férias	1.323	1.102
Salários e ordenados	688	695
IR sobre folha	96	77
FGTS a recolher	106	131
Encargos sobre férias	106	88
INSS a recolher	72	52
Rescisão a Pagar	38	22
Outras	176	70
	<b>2.605</b>	<b>2.237</b>

#### 9. Obrigações fiscais

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
PIS/COFINS/CSLL a recolher	45	2
INSS a recolher – PJ	1	3
ISS a recolher	30	26
IRPF a recolher	13	10
	<b>89</b>	<b>41</b>

#### 10. Outras obrigações

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Repasse recebidos a executar (a)	-	-
Outras contas a pagar	159	392
Serviço Escritório Regional	-	-
Repasse verba p/ investimento (b)	225	423
	<b>384</b>	<b>815</b>

**(a)** Conta transitória dos recebimentos dos repasses.

A movimentação dos saldos da conta repasses recebidos a executar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está assim demonstrada:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Saldos iniciais</b>	-	-
Recebimentos de recursos conforme contrato	38.501	33.665
Valor a receber do contrato (déficit) do exercício atual	5.198	9.124
Apropriação da receita ao resultado	(43.699)	(42.789)
<b>Saldos finais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**(b)** Referem-se aos repasses de recursos de investimentos disponibilizados pela Secretária de Estado de Goiás, conforme previsão contratual, com a finalidade para aquisição de ativos permanentes.

A movimentação dos saldos da conta de investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está assim demonstrada:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Saldos iniciais</b>	<b>423</b>	<b>398</b>
Adições	902	620
Baixas	(1.100)	(595)
<b>Saldos finais</b>	<b>225</b>	<b>423</b>

**11. Provisão para encargo INSS – CEBAS**

Como entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Gestão e Humanização – IGH, em atendimento à Lei nº 12.101/09 e à Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, atende aos requisitos legais para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS SAÚDE.

Dentre as opções de requisitos para a manutenção do CEBAS SAÚDE, o IGH optou por atender ao percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS, medido principalmente por meio da unidade paciente-dia. Assim, considerando que o IGH oferta ao SUS 100% (cem por cento) dos serviços de saúde da sua unidade própria (Hospital de Capim Grosso). O IGH obteve o seu Certificado – CEBAS Saúde.

A Lei Complementar nº 187/2021 inovou na regulamentação do direito à imunidade tributária ao fixar a norma interpretativa do art. 3º, inciso V, que esclarece que na “hipótese de prestação de serviços a terceiros, públicos ou privados, com ou sem cessão de mão de obra” exige-se que as entidades beneficentes “não transfiram a esses terceiros os benefícios relativos à imunidade prevista no § 7º do art. 195 da Constituição Federal”.

A alteração legislativa veio assegurar o cumprimento da política pública de fomento às instituições assistenciais. Isso porque o repasse do benefício da imunidade aos contratantes, na prática, representa um desconto no preço (a partir do referencial de preço de mercado) gerando valor e utilidade para o ente público ou privado contratante. Conseqüentemente, o recurso deixa de ser alocado como receita da entidade detentora do CEBAS para a promoção das suas finalidades assistenciais.

Assim, a partir de 17 de dezembro de 2021, início de vigência da Lei Complementar nº 187/2021, tornou-se inquestionável que a entidade sem fins lucrativos que busque a Certificação CEBAS não pode transferir a terceiros, seja pessoa de direito público ou privado, o seu direito à imunidade tributária, sob pena de perder o seu selo, uma vez que se trata de requisito indispensável à fruição da imunidade prevista no art.195, §7º da Constituição da República.

Assim, com vistas a manter a regularidade dos serviços prestados, em estrita observância à Lei Complementar nº 187/2021, o Instituto de Gestão e Humanização precisa manter o lançamento CEBAS nas contas patrimoniais e de resultado, sob pena de estar violando a Lei Complementar 187 e, como consequência, perder seu benefício da imunidade tributária.

Desta forma, as provisões dos encargos previdenciários incorridos no exercício estão sendo reconhecidos mensalmente no resultado operacional da Entidade, como se devidos fossem.

A movimentação do saldo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foi a seguinte:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>7.264</b>	<b>4.499</b>
Provisão INSS – CEBAS	2.971	2.765
Reversão de provisão (i)	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>10.235</b>	<b>7.264</b>

## 12. Provisão para rescisões trabalhistas

Referem-se aos valores das provisões das verbas rescisórias dos funcionários alocados ao contrato de gestão, em decorrência deste contrato possuir prazo determinado para encerramento.

## 13. Provisão para contingências

A Entidade não figura como ré em demandas judiciais classificadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda “Possível”. A Entidade possui processos de natureza e trabalhista classificadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda “Provável” no montante de R\$ 319 (em 2023, R\$ 53).

## 14. Ativos e Passivos compensados

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Ativo compensado</b>		
Contrato a faturar (i)	41.068	-
Valores faturados a receber (ii)	-	155
Bens Adquiridos com Contrato de Gestão (iii)	3.725	2.776
<b>Total do ativo compensado</b>	<b>44.793</b>	<b>2.931</b>
<b>Passivo compensado</b>		
Contrato a faturar (i)	(41.068)	-
Valores faturados a receber (ii)	-	(155)
Bens Adquiridos com Contrato de Gestão (iii)	(3.725)	(2.776)
<b>Total do passivo compensado</b>	<b>(44.793)</b>	<b>(2.931)</b>

(i) Representa o valor total do contrato deduzido do valor das parcelas contratuais incorridas até a data do balanço, conforme demonstrado a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Valor total do contrato	12.804	12.804
Aditivos (1º ao 13º)	284.302	248.200
	<b>291.706</b>	<b>261.004</b>
Parcelas contratuais incorridas	(250.638)	(261.004)
<b>Total</b>	<b>41.068</b>	<b>-</b>

(ii) Representa o saldo das parcelas contratuais incorridas e não recebidas até a data do balanço.

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Parcelas incorridas no ano	36.102	34.744
Glosas e recebimentos	(36.102)	(34.589)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>155</b>

(iii) Corresponde aos bens adquiridos pela Entidade ou cedidos pelo Poder concedente para serem utilizados no Contrato de Gestão, o saldo tem a seguinte composição no ativo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Imobilizado cedido</b>		
Móveis e utensílios	327	534
Máquinas e equipamentos	1.117	1.447
Computadores e periféricos	103	103
Veículos	83	83
	<u>1.630</u>	<u>2.167</u>
<b>Imobilizado adquirido</b>		
Móveis e utensílios	294	12
Máquinas e equipamentos	1.616	412
Computadores e periféricos	20	20
	<u>1.930</u>	<u>444</u>
<b>Intangível adquirido</b>		
Intangível	165	165
	<u>3.725</u>	<u>2.776</u>

#### 15. Custo dos serviços prestados

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Medicamentos e materiais (a)	(1.647)	(1.173)
Pessoal (b)	(26.332)	(26.094)
Serviços prestados (c)	(10.866)	(12.356)
	<u>(38.845)</u>	<u>(39.623)</u>

(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Medicamentos	(397)	(544)
Materiais hospitalares	(720)	(588)
Gases hospitalares	(22)	(24)
Dietas enterais	(13)	(9)
Materiais de uso e consumo	(495)	(8)
	<u>(1.647)</u>	<u>(1.173)</u>

(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Glosa/custos ou despesas c/folha (i)	(8.914)	(10.557)
Salários e ordenados	(8.667)	(7.313)
INSS - CEBAS (ii)	(2.972)	(2.765)
13º salário	(1.007)	(840)
Férias	(1.384)	(1.249)
Rescisões	(274)	(289)
Prêmios e gratificações	(251)	(230)
Horas extras	(69)	(42)
Adicionais	(1.583)	(1.413)
Vale transporte	(107)	(104)
Seguro de vida em grupo	-	(11)
Plano de saúde	(127)	(469)
Contingência Trabalhista	(266)	(43)
FGTS	(902)	(872)
(-) Recuperação de despesas	259	146
Outros	(68)	(43)
	<b>(26.332)</b>	<b>(26.094)</b>

(i) Para operacionalização do contrato de gestão foram cedidos funcionários estatutários da SES-GO para compor o quadro de pessoal da HEMNSL, e foram mantidos contratos firmados com PJ cujos pagamentos continuaram sendo realizados pelo Estado. Por esse motivo, esses valores são deduzidos do repasse das subvenções mensais. Portanto, em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade do IGH/HEMNSL, pois em essência os mesmos trabalham e prestam serviços na HEMNSL e são remunerados/pagos com recursos provenientes do Contrato de Gestão.

(ii) Refere-se a cota patronal do INSS, vide Nota Explicativa nº 11.

(c) O saldo de custo com serviços prestados tem a seguinte composição:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Honorários médicos	(8.322)	(8.062)
Serviço de limpeza e higienização	(99)	(1.177)
Serviço de lavanderia	(217)	(205)
Serviço de segurança patrimonial	(89)	(397)
Serviço de laboratório e radioterapia	(95)	(7)
Serviço de nutrição	(1.885)	(2.294)
Serviço de engenharia clínica	(159)	(214)
Glosa Fornecedores SES	-	-
	<b>(10.866)</b>	<b>(12.356)</b>

## 16. Despesas administrativas

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Serviços de manutenção	(142)	(83)
Serviços de processamento de dados	(828)	(643)
Serviços gerais	(1.219)	(1.553)
Aluguéis imóveis	(25)	(29)
Despesas de rateio adm	(1.160)	(1.043)
Aluguéis gerais	(607)	(489)
Impostos e taxas	(39)	-
Itens de bens permanentes	(1.739)	(20)
	<b>(5.759)</b>	<b>(3.860)</b>

## 17. Seguros (não auditado)

O contrato de gestão não estabelece a obrigação do gestor (IGH) contratar cobertura de seguro para os principais ativos físicos da HEMNSL, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

18. Informações complementares

Fluxo de caixa método direto (em R\$)

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	341	906
<b>Recebimentos</b>		
Contrato de Gestão	25.393	23.989
Receita financeira	24	54
Reembolso	4.338	620
Outras receitas	851	848
<b>Total de recebimentos</b>	<b>30.606</b>	<b>25.511</b>
<b>Pagamentos</b>		
Pessoal	16.621	11.013
Material de consumo	4.254	995
Serviços de terceiros	8.263	10.533
Serviço de Escritório Regional	-	-
Despesas bancárias	5	289
Outras Despesas Operacionais	97	2.348
Tributos/Taxas/Contribuições	439	22
Despesas com locação (imóveis/equipamentos/veículos)	228	187
Água/Energia/Telefonia/Internet	67	120
Investimentos	867	569
<b>Total de pagamentos</b>	<b>30.841</b>	<b>26.076</b>
<b>Saldo final</b>	<b>106</b>	<b>341</b>
<b>SALDO FINANCEIRO DISPONÍVEL PARA O MÊS SEGUINTE</b>		
Fundo fixo	2	2
Conta movimento	18	-
Conta aplicação	86	339
<b>Saldo final</b>	<b>106</b>	<b>341</b>

Protocolo 527789

